



RELATÓRIO ANUAL ANAJURE 2024

DIRETORIA



**DRA. EDNA
ZILLI**

Presidente



**DR. ACYR DE
GERONE**

Vice-presidente



**DR. ARTHUR
ALBUQUERQUE**

Diretor de
Compliance



**DR. GABRIEL
DAYAN**

Diretor
Financeiro



**DR. FELIPE
AUGUSTO**

Diretor
Acadêmico



**DR. ALEXANDRE
MAIA**

Diretor de
Relações
Públicas



**DR. MATHEUS
CARVALHO**

Diretor
Executivo



**DR. MÁRIO
FREITAS JUNIOR**

Diretor Jurídico



**DR. UZIEL
SANTANA**

Diretor de
Assuntos
Internacionais

ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO

- 9 Diretores
- 16 Conselheiros
- Representação em 21 estados
- 12 departamentos de trabalho
- 800 associados
- 7 colaboradores em nosso staff fixo

ALIADOS

- 57 parceiros nacionais
- 11 parceiros internacionais



JANEIRO



Posicionamentos sobre a Conferência Nacional de Educação

Iniciamos 2024 preocupados com o Documento Referência da Conferência Nacional de Educação para a elaboração do Plano Nacional de Educação.

Nesse sentido, emitimos uma nota pública junto a parceiros para expor nossa preocupação com as diretrizes, metas, proposições e estratégias apresentadas no documento, especialmente no que se refere aos apontamentos contrários à liberdade religiosa das escolas confessionais e à tentativa de adoção e institucionalização de teorias queer e pós-estruturalistas de gênero no sistema educacional brasileiro.



www.anajure.org.br

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA

ACSI

ANAJURE

FRENTE PARLAMENTAR FPE SENADO EVANGÉLICA

aecep

MANIFESTAÇÃO PÚBLICA SOBRE
O DOCUMENTO REFERÊNCIA DA
CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO
PARA A ELABORAÇÃO DO
PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2024-2034

Posicionamento sobre caso de discriminação religiosa na Universidade de São Paulo

Nos posicionamos sobre o cancelamento do curso de extensão “Parto e Espiritualidade Cristã” na Universidade de São Paulo (USP), que seria destinado a profissionais e estudantes de obstetrícia.

Diante do ocorrido, a ANAJURE entende que houve discriminação religiosa no ato da universidade, uma vez que o curso tinha pontos de exploração científica em sua implementação.



FEVEREIRO



ANAJURE no STF | Processo sobre uso de vestimenta religiosa em documentos oficiais

A ANAJURE foi aceita como Amicus Curiae no Supremo Tribunal Federal (STF) para ser uma das entidades a atuar no Recurso Extraordinário (RE) 859.376, que trata do uso de hábito religioso na Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

A posição defendida pela ANAJURE desde 2018, quando solicitou ao STF para ser amicus curiae na ação, era pela inconstitucionalidade da restrição.



ANAJURE no Congresso Nacional | Audiência pública na CDH

A ANAJURE esteve representada por sua presidente, Dra. Edna V. Zilli, em uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado para debater a liberdade de consciência.

A audiência foi solicitada pelo senador Paulo Paim no intuito de discutir a regulamentação em Lei, de forma prática e específica, do que já foi alvo de decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) relacionadas à liberdade religiosa e de crença no trâmite de concursos e estágios probatórios no serviço público (RE 611.874 e ARE 1.099.099).



Nota de Repúdio

A ANAJURE emitiu uma nota de repúdio contra nota técnica do Ministério da Saúde, que permitia a realização do aborto em qualquer tempo da gestação.



MARÇO



Parecer sobre documento final da CONAE

A ANAJURE publicou um Parecer acerca do documento final da Conferência Nacional de Educação (CONAE), que objetivava a elaboração do novo Plano Nacional de Educação da próxima década.

No parecer, a ANAJURE denuncia diversos pontos preocupantes do documento, relacionados à liberdade religiosa das escolas confessionais e à tentativa de institucionalização de teorias críticas e pós-estruturalistas de gênero no sistema educacional brasileiro.



Reunião com Damares Alves

A Senadora Damares Alves (Republicanos-DF) recebeu a presidente da ANAJURE, Dra. Edna V. Zilli, para discutir o parecer elaborado pela organização a respeito do Documento Final da Conferência Nacional de Educação.

Na ocasião, a presidente da ANAJURE apresentou à senadora os riscos jurídicos trazidos em trechos do documento final da CONAE, especialmente as tentativas de restrição da educação confessional e imposição de teorias queer sobre gênero.



Audiência pública em Curitiba sobre o PNE

A presidente da ANAJURE, Dra. Edna V. Zilli, participou da audiência pública realizada na Câmara Municipal de Curitiba para discutir aspectos jurídicos do novo Plano Nacional de Educação (PNE).

Em sua exposição, Zilli explicou que o documento final da Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2024 é partidário, parcial em sua imposição de concepções ideológicas e apresenta propostas radicais contrárias à legislação nacional e à vontade da parcela majoritária da população.



Posicionamento sobre a reforma do Código Civil Brasileiro

A ANAJURE também se pronunciou sobre o anteprojeto de reforma do Código Civil Brasileiro.

Nesse sentido, a organização manifestou sua profunda preocupação com o teor do documento apresentado pela comissão de juristas convocada pelo Senado Federal. Além disso, ressaltou a necessidade de mobilização da sociedade civil e do Congresso Nacional para o aprofundamento das temáticas abordadas através de amplo e paciente debate público.



Posicionamento sobre declaração do ministro Gilmar Mendes

A ANAJURE comentou seu posicionamento acerca da declaração do Min. Gilmar Mendes, do STF, que sugeriu a existência de “narcomilícia” pertencente a “redes evangélicas” na cidade do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, a organização expressou sua profunda preocupação com a fala do ministro, que termina por promover a identificação generalizada de toda uma comunidade religiosa com práticas criminosas, bem como colabora para o acirramento das animosidades sociais.



NOTA PÚBLICA SOBRE A RECENTE DECLARAÇÃO DO
MINISTRO GILMAR MENDES ACERCA DA EXISTÊNCIA
DE “NARCOMILÍCIA EVANGÉLICA”
NO RIO DE JANEIRO



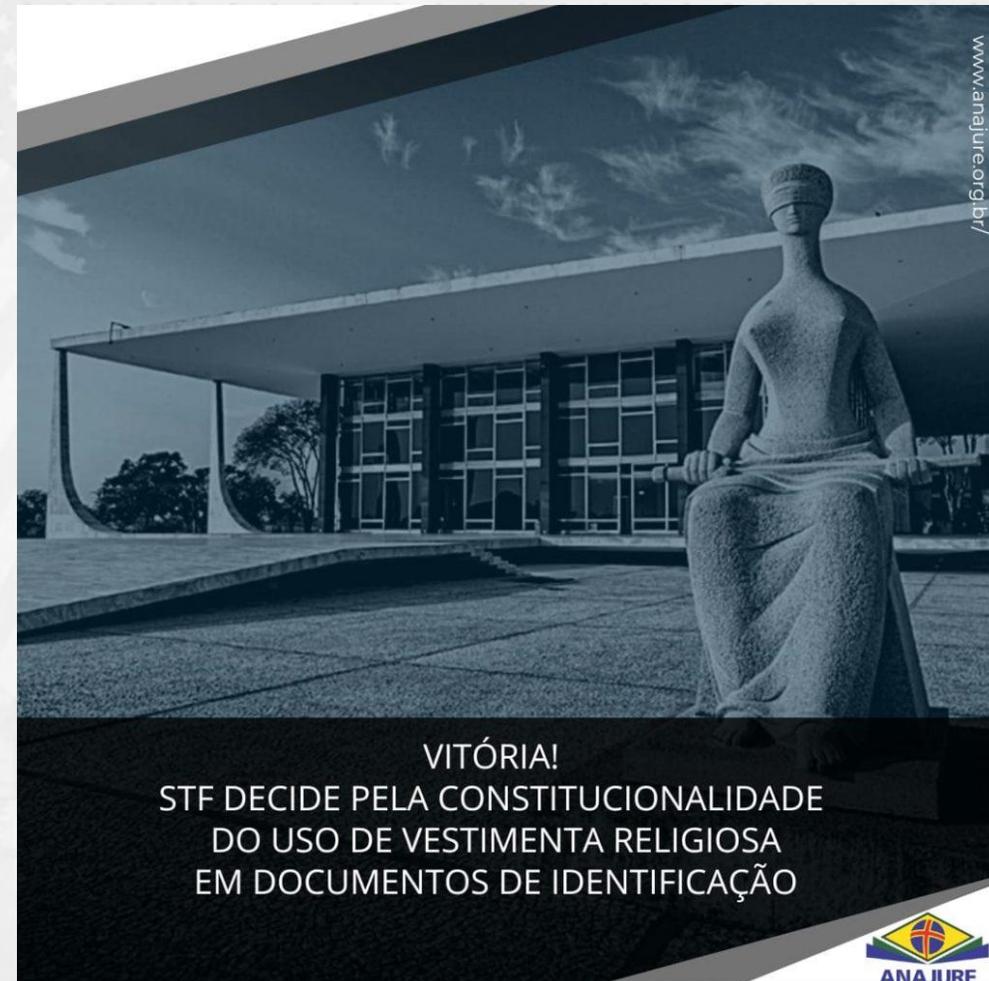
ABRIL



Vitória da ANAJURE em decisão do STF

Após sete anos de processo, chegou ao fim a ação do Recurso Extraordinário (RE) 859.376, no qual a ANAJURE atuou como *amicus curie* perante o STF.

A Corte aprovou a seguinte tese: “É constitucional a utilização de vestimentas ou acessórios relacionados à crença ou religião nas fotos de documentos oficiais, desde que não impeçam a adequada identificação individual, com rosto visível”.



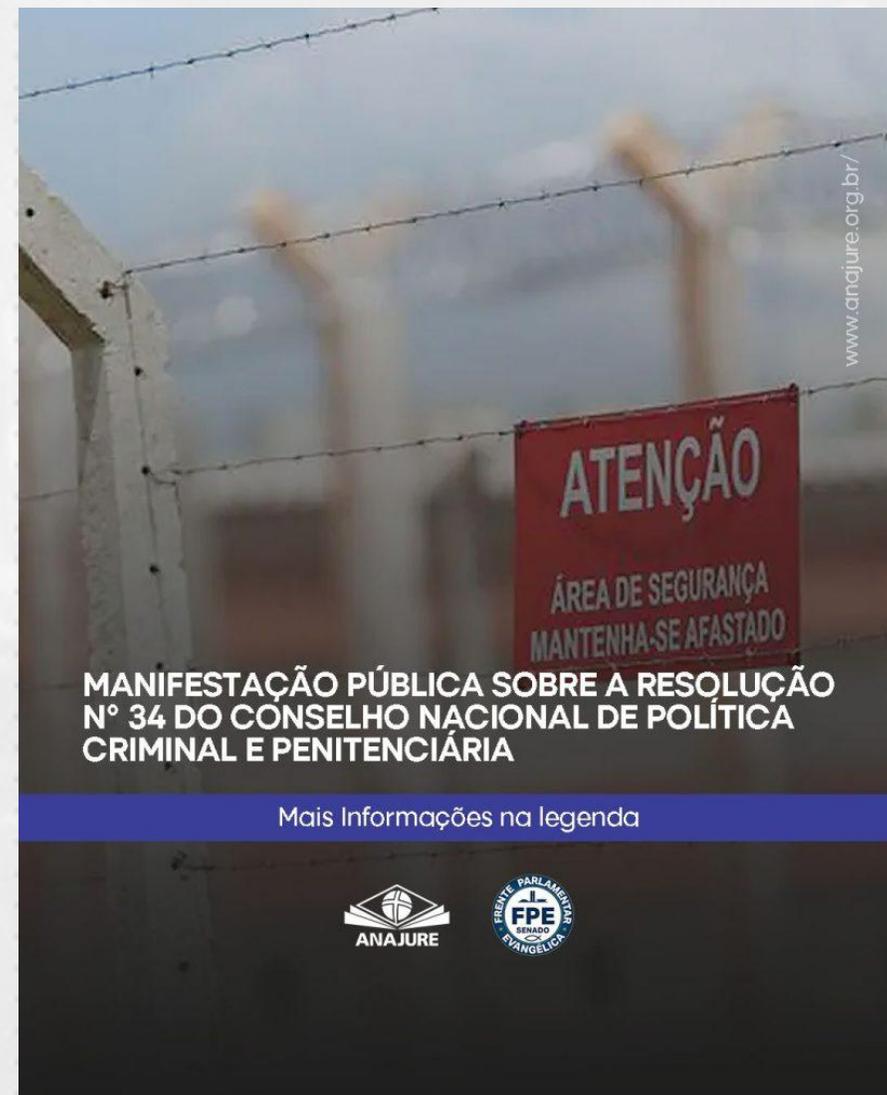
MAIO



Ações sobre liberdade religiosa no sistema penitenciário (1)

A ANAJURE e a Frente Parlamentar Evangélica do Senado Federal se manifestaram sobre a Resolução nº 34 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que define diretrizes e recomendações referentes à assistência socio-espiritual e à liberdade religiosa das pessoas privadas de liberdade. As organizações:

- 1 - Repudiaram a limitação ao direito à liberdade religiosa existente na vedação do proselitismo por parte das instituições religiosas e dos agentes estatais; e
- 2 - Recomendaram alterações na resolução, de forma que se resguarde a liberdade de fé e crença.



Ações sobre liberdade religiosa no sistema penitenciário (2)

Além da nota, a entidade promoveu uma live sobre liberdade religiosa no sistema penitenciário para debater perspectivas jurídicas e práticas acerca da capelania prisional.

LIVE
NO NOSSO CANAL NO YOUTUBE



Dr. Antônio Carlos Jr.
Doutor em Ciências da Religião pela
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Pr. Paschoal Pirogine Jr.
Presidente da Convenção Batista
Brasileira

Pr. Fernando Brandão
Diretor executivo da Junta de Missões
Nacionais da Convenção Batista Brasileira

Dra. Edna V. Zilli
Presidente do ANAJURE

**LIBERDADE RELIGIOSA NO
SISTEMA PENITENCIÁRIO:**
PERSPECTIVAS JURÍDICAS E PRÁTICAS
SOBRE CAPELANIA PRISIONAL

DIA 15/05, ÀS 17H



Ações sobre liberdade religiosa no sistema penitenciário (3)

Ainda, publicamos um texto em nossa coluna do Guiame sobre esse assunto.

Juristas evangélicos criticam proibição de evangelismo em presídios

A Associação de Juristas Evangélicos contesta parte da resolução federal que estabelece diretrizes para “assistência socio-espiritual” em prisões.

FONTE: GUIAME, COM INFORMAÇÕES DO GLOBO E ANAJURE
ATUALIZADO: QUARTA-FEIRA, 8 DE MAIO DE 2024 ÀS 14:31



Diretrizes e recomendações referentes à assistência socio-espiritual e à liberdade religiosa. (Foto ilustrativa: Unsplash/Matthew ...)

OPINIÃO | Coluna no Observatório Evangélico

Em maio, a ANAJURE também escreveu em sua coluna no Observatório Evangélico sobre a Condenação de Ana Paula Valadão conter erros jurídicos e ameaça à democracia.



JUNHO



10º Congresso Internacional sobre Liberdades Civis Fundamentais

O 10º Congresso Internacional da ANAJURE ocorreu no início de junho, no Colégio Presbiteriano Mackenzie Brasília, no Distrito Federal. O tema central foi “Educação e Liberdade Religiosa: Democracia, Pluralismo e Confessionalidade”. Nesta edição, tivemos o apoio da Faculdade Presbiteriana Mackenzie de Brasília (FPMB).



ANAJURE na Assembleia Geral nº 54 da Organização dos Estados Americanos

Entre os dias 24 e 28 de junho deste ano, a ANAJURE participou da Assembleia Geral nº 54 da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Assunção, no Paraguai. A entidade foi representada por sua presidente, Dra. Edna V. Zilli, e pelo diretor de assuntos internacionais, Dr. Uziel Santana.



ANAJURE na II COMIGRAR

Em junho, a ANAJURE realizou pré-conferências na etapa preparatória para a participação da organização na II Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (COMIGRAR), que ocorreu em novembro na Universidade de Brasília (UnB). Nessas etapas, reunimos interessados para discussão e votação nas modalidades online e presencial.



JULHO



Sétima edição da Academia ANAJURE (1)

Em 2024, o programa Academia ANAJURE entrou em sua sétima edição! A turma deste ano ocorreu numa parceria com a Primeira Igreja Batista de Curitiba (PIB), entre os dias 7 e 13 de julho, no Centro de Retiros da PIB, em Mandirituba. Ao todo nesta edição, foram ministradas 19 aulas e 5 devocionais.



Sétima edição da Academia ANAJURE (2)

Formando mais 35 alunos bolsistas, a ANAJURE já alcançou cerca de 350 estudantes que passaram pelo treinamento após serem beneficiados com uma bolsa de estudos que contempla: acesso às aulas, hospedagem, alimentação, material didático e certificado de 40 horas/aula na semana do curso em modalidade presencial.



ANAJURE no STF | Processos sobre teorias de gênero e bullying homofóbico

Apesar do trabalho efetuado pela ANAJURE nos casos desses processos, em ambos o STF optou por uma interpretação contrária aos apontamentos defendidos pela associação.

A ANAJURE salientou que permaneceria firme e constante na defesa dos direitos fundamentais, na interlocução com a Suprema Corte e no engajamento público para o alerta a parlamentares e à sociedade civil, especialmente o segmento evangélico, quanto aos casos relevantes aos objetivos institucionais defendidos pela organização.





AGOSTO



ANAJURE no STF | Processos sobre liberdade religiosa dos Testemunhas de Jeová

A ANAJURE esteve no STF como amicus curiae em mais dois processos que envolvem a liberdade religiosa, que foram julgados em conjunto, referentes aos Recursos Extraordinários 979742 e 1212272, acerca do direito de religiosos se posicionarem por dados procedimentos cirúrgicos em função de sua fé.

Nesta fase das sustentações orais, a ANAJURE foi representada pela Dra. Maria Claudia Bucchianeri, advogada e ex-ministra substituta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).



Coluna da ANAJURE no portal Guia-me comenta caso do Pr. David Eldridge

Neste caso, duas ONGs LGBTQ+ ajuizaram ação contra a Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Brasília. A ação surgiu em resposta a uma pregação de 19/02/2023, na qual o Pr. David Eldridge disse (entre muitas outras coisas): “Todo homossexual tem uma reserva no inferno, toda lésbica tem uma reserva no inferno, todo transgênero tem uma reserva no inferno, todo bissexual tem uma reserva no inferno”.

O texto foi escrito pelo Dr. Joshua Blake, membro da ANAJURE/MG, em defesa da liberdade religiosa.



guiame
.com.br

GOSPEL COLUNISTAS MÚSICA PODCASTS BÍBLIA VIDA & ESTILO

MENU anajure

Militantes LGBTQ+ perdem processo milionário contra Assembleia de Deus

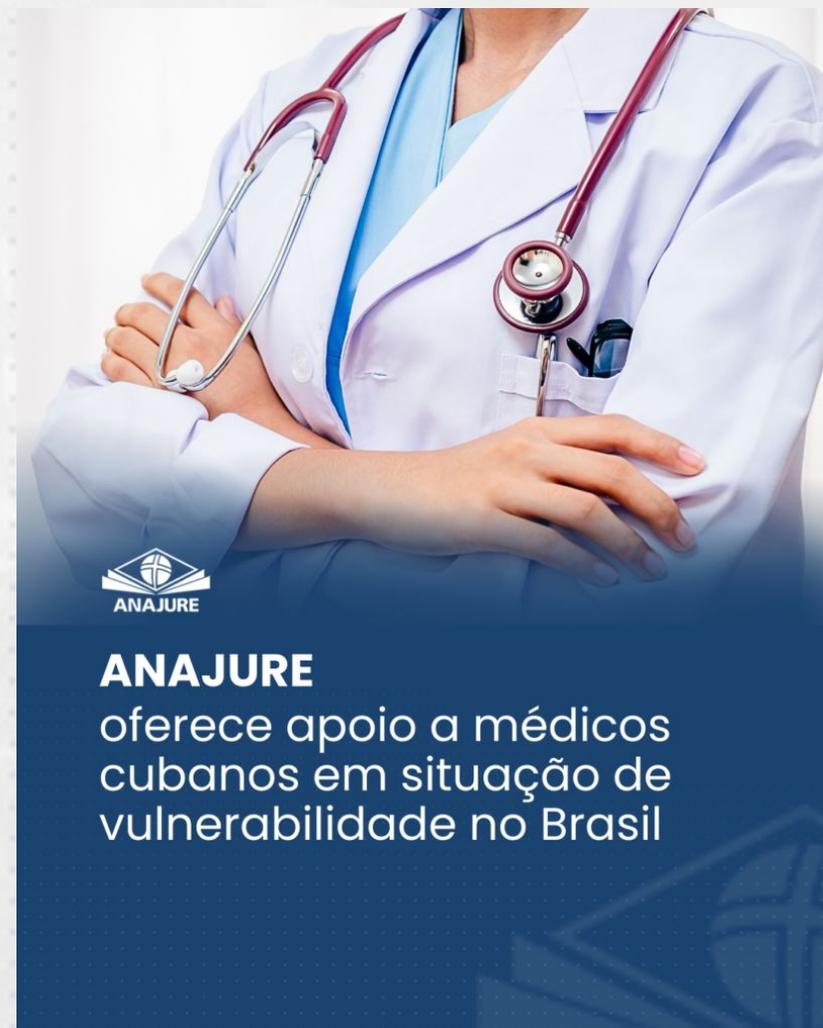
Sentimento é importante, mas não é absoluto.

FONTE: GUIAME, ANAJURE
ATUALIZADO: SEXTA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2024 ÀS 15:52

Apoio a médicos cubanos em situação de vulnerabilidade no Brasil

Desde 2018, a ANAJURE tem se articulado para oferecer ajuda jurídica e social pro bono a médicos cubanos que desejam pedir asilo ou refúgio no Brasil.

A coordenadora estadual da ANAJURE em São Paulo, Dra. Débora Dittrich, mediu ações para incluir novos beneficiários, formalizando o apoio jurídico e a ajuda social a mais cubanos, mediante a entrega mensal de cestas básicas. Essa ação teve apoio da Igreja Assembleia de Deus Bíblica, liderada pelo Pastor Ezio Ferraz de Almeida, e faz parte dos trabalhos da ANAJURE em parceria com a Associação de Cubanos Livres.



ANAJURE

ANAJURE

oferece apoio a médicos cubanos em situação de vulnerabilidade no Brasil

SETEMBRO



ANAJURE no STF | Processos sobre liberdade religiosa dos Testemunhas de Jeová

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal decidiu que religiosos identificados com as Testemunhas de Jeová têm o direito de recusar tratamentos médicos que envolvam transfusão de sangue, considerando que isso é um tópico que envolve questões de natureza religiosa. A ANAJURE era amicus curiae no processo e considera a decisão final uma vitória.



ANAJURE participa de seminário na Universidade Federal de Goiás

O diretor executivo da ANAJURE, Dr. Matheus Carvalho, esteve na Universidade Federal de Goiás (UFG) para participar do seminário “Autoritarismo, trabalhos formados e direitos humanos na América Latina”. Na programação, a fala da ANAJURE abordou a experiência da organização no que tange ao acolhimento de refugiados e imigrantes cubanos no Brasil.

Organizado pela Asociación de Cubanos Libres e a Foundation For Human Rights In Cuba, em parceria com a UFG, o evento contou com a presença da Anistia Internacional e especialistas de diversos países.



OUTUBRO



ANAJURE no Pré-Fórum de Liberdade Religiosa do Brasil

O diretor executivo da ANAJURE, Dr. Matheus Carvalho, também representou a organização no Pré-Fórum de Liberdade Religiosa do Brasil.

O evento foi organizado pela Aliança Evangélica Latina e pela Aliança Evangélica Brasileira, com o apoio da Igreja Presbiteriana Independente, sendo a etapa preparatória brasileira para o Fórum latino-americano de liberdade religiosa, de modo a trazer para o cenário continental as perspectivas brasileiras acerca da problemática da promoção e proteção dessa liberdade fundamental.

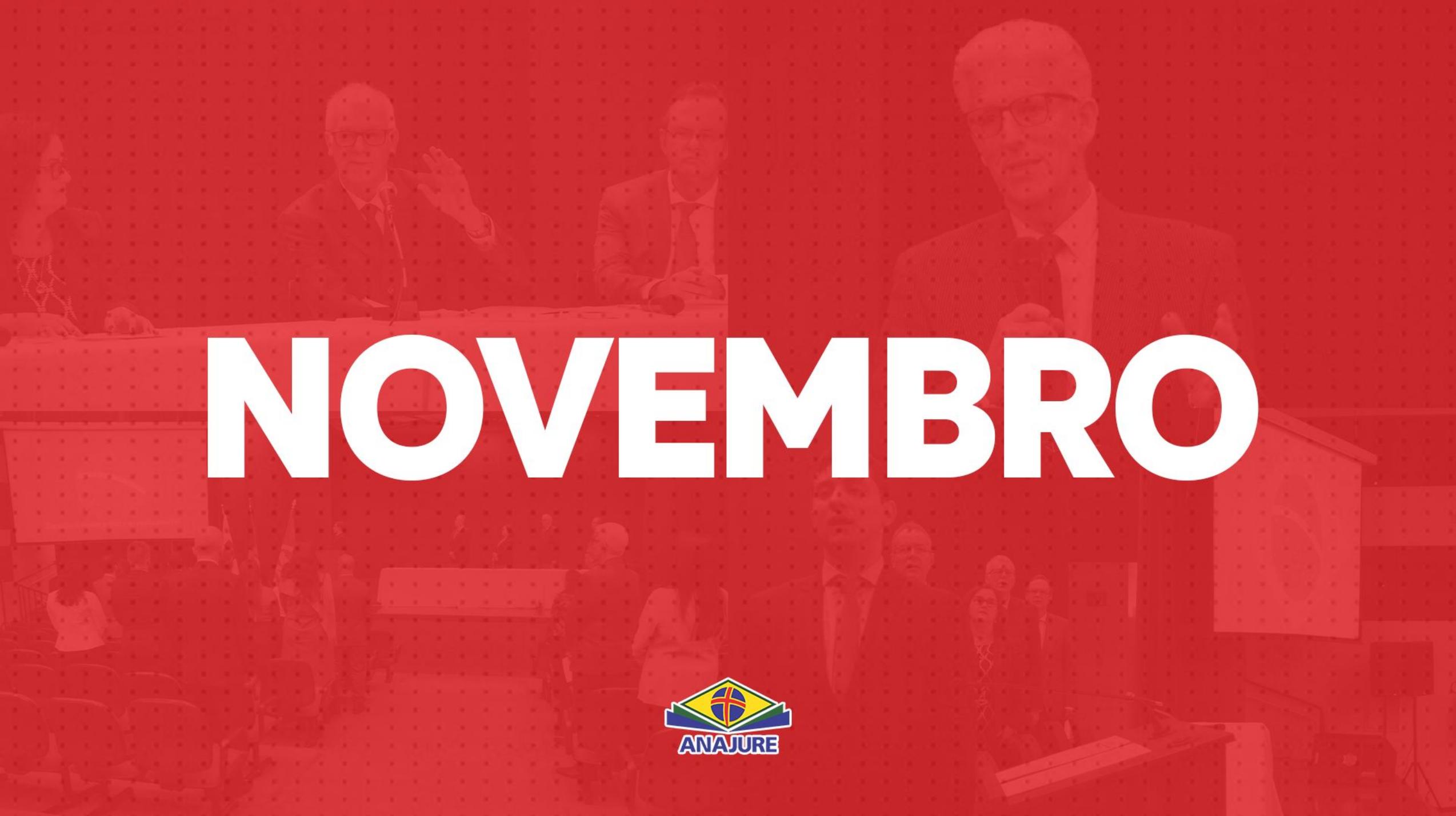


Liberdade religiosa em Pernambuco

A ANAJURE enviou ofício ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e à Secretaria de Educação e Esportes do estado (SEE-PE) para pedir esclarecimentos acerca do cerceamento da liberdade religiosa de alunos que estudam em escolas públicas pernambucanas.

Após a ANAJURE questionar o MPPE, a organização foi convidada para participar da próxima audiência pública sobre a questão.





NOVEMBRO



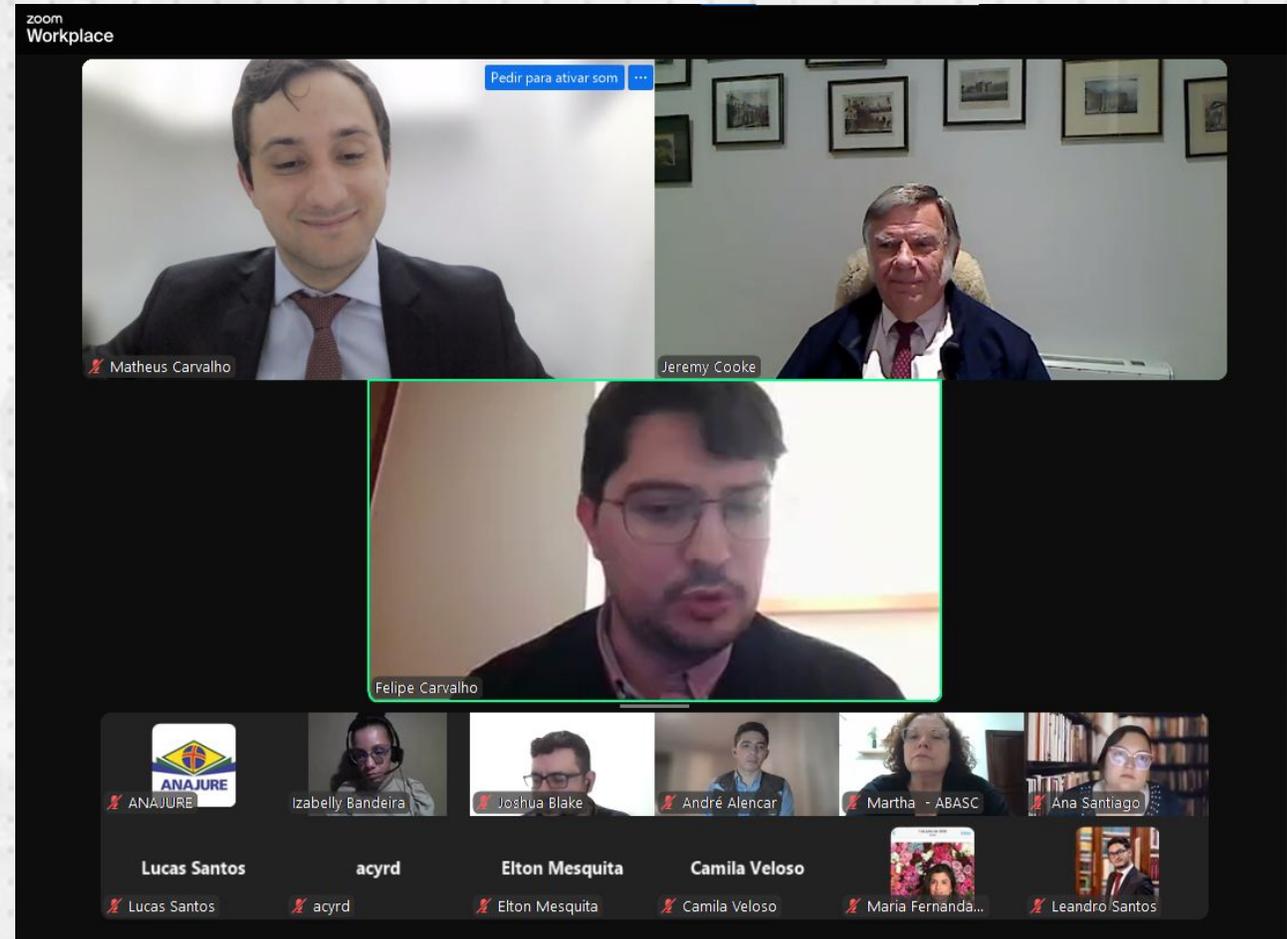
11º Encontro de Juristas da ANAJURE e os 12 anos da organização. (1)

Entre os dias 12 e 14, a ANAJURE promoveu o seu 11º Encontro Nacional de Juristas Evangélicos (ENAJURE), no qual celebrou os 12 anos de trabalho da organização. Para marcar esse momento, o Reverendo Augustus Nicodemus (fundador da ANAJURE e ex-presidente do Conselho Consultivo) enviou um devocional disponível em nossas mídias digitais.



11º Encontro de Juristas Evangélicos ocorreu online. Próxima edição do evento será presencial, em Foz do Iguaçu. (2)

Na 11ª edição do ENAJURE, tivemos três noites de palestras e mesas de discussão.



Em defesa de boas políticas migratórias | ANAJURE na II COMIGRAR

Sob coordenação da Secretaria Nacional de Justiça (Senajus), Brasília sediou a II Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (COMIGRAR), realizada na Universidade de Brasília (UnB).

No evento e em suas etapas preparatórias, foram discutidas e votadas 60 propostas prioritárias para orientar ações, programas e políticas públicas do Governo Federal. Entre as organizações e atores sociais representados nesses debates da COMIGRAR, estava a ANAJURE, que enviou três delegados: Altes Ina (haitiano), Débora Dittrich (brasileira) e Clérison Tenório (brasileiro).



ANAJURE no STF | Símbolos religiosos em prédios públicos

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou uma ação sobre a presença de símbolos religiosos em prédios públicos. O resultado do pleito foi favorável à liberdade religiosa e será parâmetro para outras decisões em casos semelhantes.

Por entender a importância desse debate para a proteção das liberdades civis fundamentais e a necessidade de que vozes plurais sejam ouvidas, a ANAJURE solicitou e foi admitida no processo como *amicus curiae*. Nessa condição, a organização apresentou seus memoriais e sustentação oral, realizada pelo Dr. Joshua Blake, assessor jurídico da entidade, contribuindo assim para a construção da decisão final.



Cancelamento de audiência pública do MPPE em Pernambuco

O Ministério Público de Pernambuco cancelou a audiência pública no Colégio Salesiano, que tinha como objetivo discutir ensino e práticas religiosas na rede estadual. A decisão foi tomada cerca de uma hora após o início do evento, devido à incapacidade do espaço escolhido pelo MPPE para acomodar os participantes inscritos e o público que desejava adentrar no local pacificamente.

A coordenadora estadual em Pernambuco, Dra. Gabriela Moura, estava no local para representar a ANAJURE na defesa da liberdade religiosa dos estudantes pernambucanos quando o cancelamento foi anunciado.



**Ministério Público de Pernambuco
cancela audiência sobre intervalos
bíblicos.**

ANAJURE anuncia que publicará
Carta Aberta ao
Estado de Pernambuco





DEZEMBRO



Posicionamento contra Projeto de Lei que legaliza cassinos e jogos de azar no Brasil

A ANAJURE reiterou seu posicionamento contrário à medida, em discussão no Senado, tendo em vista os efeitos danosos já visíveis na sociedade, ante o crescimento recente dos sites de jogos online, que atingem a saúde emocional e financeira da população brasileira através de vícios e endividamento doméstico.



Nota de imprensa contra
Projeto de Lei que legaliza
cassinos e jogos de azar



Coordenadora da ANAJURE em Pernambuco participa de audiência pública na ALEPE

A convite da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), a coordenadora da ANAJURE no estado, Dra. Gabriela Moura, participou de uma audiência pública para discutir como as reuniões religiosas voluntárias que acontecem nas escolas pernambucanas afetam a saúde emocional dos estudantes.

O foco da argumentação da ANAJURE foi em relação aos aspectos jurídicos do assunto, enquanto outros convidados argumentaram o ponto de vista psicológico, inclusive com depoimentos de alunos cujas vidas foram transformadas por meio dos intervalos bíblicos.



Assembleia Legislativa de Pernambuco promove audiência sobre influência dos intervalos bíblicos na saúde emocional dos estudantes.

A ANAJURE é uma das organizações convidadas para o debate.

